

# Subsídios para a História da Moeda Insulana e das crises monetárias nos Açores durante a segunda metade do século XIX

Paulo Silveira e Sousa

## 1 – Introdução

Durante todo o século XIX, o desequilíbrio quase constante na balança de pagamentos das “ilhas de baixo” fez escassear a circulação monetária, afectando a economia quer do distrito de Angra, quer do da Horta<sup>1</sup>. No caso de Angra, o numerário em falta, frequentemente, não conseguia sequer ser compensado pelas elevadas transferências dos emigrantes que ajudavam a fazer das patacas do Império brasileiro moeda aceite no distrito. Esta situação conduzia à eclosão de crises e a movimentos de especulação que afectavam todo o sector comercial, nos quais alguns usurários engordavam, e menos vezes emagreciam, as suas fortunas. A moeda em circulação não conseguia, assim, de forma constante, servir de padrão de medida uniforme dos valores. Ao longo de décadas permaneceria refém dos ciclos económicos, da incerta intervenção do Estado central e das autoridades distritais, dos câmbios e das flutuações no valor de mercado dos metais preciosos. Tudo aponta para que o aumento da procura de moeda, motivado pelo crescimento da população, pelo nível de rendimento e pelo desenvolvimento da monetarização da economia não tenha sido sempre acompanhado pela sua progressiva disponibilidade<sup>2</sup>.

A prosperidade da ilha de São Miguel salvava destes apertos o distrito de Ponta Delgada. No distrito da Horta, o Faial tinha, apesar de tudo, uma situação um pouco mais sólida, graças ao movimento portuário da cidade; sobre as restantes ilhas muito ainda há para estudar<sup>3</sup>. Em todo o distrito de Angra, a escassez faria correr, por décadas, as moedas espanholas, brasileiras, inglesas e americanas, bem como um contingente, hoje impossível de quantificar, de moeda falsificada. Este panorama obrigava a ajustamentos regulares, complicava as transacções e mantinha o comércio destas ilhas prisioneiro da agiotagem financeira e das irregularidades da balança comercial.

<sup>1</sup> Sobre a moeda insulana no século XIX, a melhor síntese pode ser encontrada em Maria Isabel João (1991), *Os Açores no Século XIX: Economia, Sociedade e Movimentos Autonomistas*, Lisboa: Cosmos, pp. 137-143 e em Luís da Silva Ribeiro (1931), “A conservação da moeda fraca”, in *Obras, História* – vol. II. (organização e notas de Carlos Enes), Angra: SREC-IHIT, 1983, pp. 491-498. Mais recentemente saiu um pequeno livro de Francisco Ernesto de Oliveira Martins (2003), *Pecunia Insulana: memória histórica da moeda açoriana*, Angra: Ed. do Autor, com abundante material iconográfico e alguma documentação.

<sup>2</sup> Para o Antigo Regime, ver: Rita Martins de Sousa (2003), “Moeda e Estado: políticas monetárias e determinantes da procura (1688-1797)”, *Análise Social*, vol. XXXVIII, nº 168, pp. 771-792. Para os Açores, durante o mesmo período, ver: Francisco M. F. de Azevedo Mendes (1995), *Crédito, Moeda e Fiscalidade em Ponta Delgada (1766-1800)*, Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, Ponta Delgada: Universidade dos Açores, policopiado e Avelino de Freitas de Meneses (1993), *Os Açores nas Encruzilhadas de Setecentos (1740-1770)*, II vol. Economia, Ponta Delgada: Universidade dos Açores, pp. 283-305.

<sup>3</sup> Na Horta, as elevadas transferências para Inglaterra conduziram a situações de escassez na circulação durante a década de 1840. Cf. João Augusto Dias de Carvalho (1851), *Memória Justificativa da Conduta desde 1840 até 1849 em que Foi Exonerado do Cargo de Secretário Geral do Governo Civil da Horta, Oferecida ao Exmo. Conselheiro José Bernardo da Silva Cabral do Conselho de Estado e Deputado da Nação pelo Autor da Memória*, Lisboa: Tip. do Empresa do Estudante, p. 16. Ver também: João Vidago (1931), *Memória Histórica sobre a Moeda na Ilha do Faial*, Horta: Oficina do Telégrafo.

A história da moeda insulana e das crises monetárias nos Açores durante o período pós-1834 apresenta grandes lacunas. Numa enumeração sumária podemos escrever que não conhecemos com detalhe suficiente todos os passos legislativos que conduziram à criação de um espaço monetário unificado na parte metropolitana de Portugal e que pouco sabemos sobre os debates políticos e económicos que os precederam, ou que acabaram por desencadear; falta informação sobre a actuação quer das autoridades locais, quer das distritais; não existem estudos sobre o papel que os deputados eleitos pelo arquipélago poderão ter tido neste conjunto de questões; pouco conhecemos de sistematizado sobre os interesses que se moviam por detrás desta questão e que nos permitiriam dizer, afinal, a quem interessava a instabilidade cambial e a manutenção do ágio de 25%; como corolário, escasseiam ainda as séries de informação quantitativa na área financeira, nos preços e os dados regionais sobre as contas públicas do Estado. Perante semelhante quadro este artigo tem como objectivo coligir a informação disponível, organizá-la e construir uma narrativa coerente dos principais acontecimentos, apresentando, simultaneamente, algumas linhas de discussão. Não é obra acabada, nem definitiva. Mas permitirá talvez lançar o interesse e o debate.

## 2 – O quadro económico regional e as políticas do Estado central

O decreto de 2 de Julho de 1833 estabeleceu um ágio de 25% entre a moeda continental, a moeda forte, e as patacas espanholas, brasileiras e mais numerário em curso nos Açores, a denominada moeda fraca. Este precedente de circulação de moeda estrangeira permanecerá pelas décadas seguintes. A lei de 29 de Julho de 1854 tentou colocar alguma ordem na circulação fiduciária em Portugal, regulando o peso e valor das moedas em circulação e dando um prazo para serem retiradas algumas moedas estrangeiras; em simultâneo adoptava-se o padrão-ouro. Era mais um prolongamento do esforço que desde a lei de 24 de Abril de 1835 (que introduziu o sistema decimal e mudou os valores e tipos das moedas) tinha vindo, progressivamente, a ser empreendido pelos sucessivos executivos liberais<sup>4</sup>. Contudo, mais uma vez, os efeitos da legislação de 1854 estiveram longe de ser imediatos, atingindo, mais tardiamente, as periferias do país. Em Janeiro de 1858, os deputados por São Miguel e Terceira, visconde de Porto Carreiro e Luís António Nogueira, propuseram a nomeação de uma comissão especial de sete membros para apresentar à câmara um parecer sobre os meios mais convenientes de levar a cabo a unificação monetária entre o continente e as ilhas adjacentes. Infelizmente desconhecem-se os seguimentos e, mesmo, se um eventual relatório chegou a ser produzido<sup>5</sup>.

Em 1870, o governador civil Félix Borges de Medeiros escrevia que o grande problema da economia do distrito era a moeda em circulação: “fraca em relação aos outros distritos açorianos e fraquíssima em relação a Portugal”. Esta era a repetição de um diagnóstico já feito em 1863, aquando de uma importante crise monetária na Terceira<sup>6</sup>.

Apesar de não existirem trabalhos sobre o comportamento dos preços nos principais centros do arquipélago que nos possam ajudar a compreender as conjunturas económicas, a descrição que temos vindo

---

<sup>4</sup> Ver também os decretos de 23 de Junho de 1846 e de 24 de Fevereiro de 1847 que tentaram regular novamente a circulação em Portugal de moeda estrangeira.

<sup>5</sup> *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão Legislativa de 1857-1858, vol II – Janeiro, Lisboa: Imprensa Nacional, pp. 67 e 68.

<sup>6</sup> *Relatório Apresentado à Junta Geral do Distrito de Angra na sua Sessão Ordinária de 1870 pelo Governador Civil Félix Borges de Medeiros*, Angra: Tip do Governo Civil, 1870, p. 11.



No século XIX as políticas de uniformização do espaço económico nacional eram elaboradas a partir de Lisboa.

a fazer permite-nos afirmar que o mercado regional não se revestia ainda, de forma homogénea, de características modernas, nem se poderia afirmar bem integrado. As crises monetárias, que afectavam com maior intensidade umas ilhas do que outras, são um dos exemplos mais eloquentes desta situação. Como nenhuma economia e nenhuma sociedade funcionam totalmente fechadas, temos sempre mercado, porque sempre se formam espaços sociais de troca de bens e serviços e de concorrência entre os agentes envolvidos, sejam eles já monetarizados ou não. Porém, quando falamos de mercado, queremos referir-nos a um mercado capitalista moderno com contornos supra-locais, com níveis regionais e nacionais, dotado de uma relativa homogeneidade e integração, regido por regras idênticas e aceites por todos os agentes em concorrência, onde a dominação dos fluxos económicos pelo exterior tem um papel crescente e uniformizador, onde o Estado e os sistemas de crédito têm uma palavra importante a dar na configuração do sistema<sup>7</sup>.

Hoje continuam a escassear estudos que nos dêem uma visão global e quantificada do mercado regional dos Açores. Do que se conhece podemos aferir que um mercado moderno apenas existia em determinados segmentos e circuitos da actividade económica do arquipélago. Neste momento, sabemos que a divisão social do trabalho era incipiente, que o grau de urbanização era fraco, a industrialização escassa, que a auto-subsistência continuava a marcar o quotidiano de muita da população açoriana, esmagadoramente camponesa ou assalariada, e que as ligações com os mercados externos eram complicadas e caras. As feiras

<sup>7</sup> Para mais desenvolvimentos cf. David Justino (1989-1990), *A Formação do Espaço Económico Nacional, Portugal 1810-1913*, vol. I, Lisboa: Vega, pp. 373-377.

e mercados eram poucos e apenas existiam nos principais núcleos urbanos, principalmente com o intuito de abastecer a população das vilas de maior dimensão e das três pequenas cidades açorianas<sup>8</sup>. No entanto, se tal atesta do carácter limitado do mercado regional e do peso do autoconsumo, não significa necessariamente que as ilhas fossem apenas um reduto do atraso económico e de um modo tradicional de gestão da economia e das relações sociais.

Até pelo menos ao fim da década de 1880, o arquipélago manteve uma forte clivagem em termos financeiros entre a próspera Ponta Delgada e as deficitárias Horta e Angra. A cotação da moeda em circulação nos Açores era, em geral, 25% mais baixa que a moeda continental. Este diferencial contribuía para um maior isolamento e menor integração dos mercados das ilhas no conjunto da economia nacional. Mas, não só a moeda era diferente face ao continente como entre as várias ilhas as tempestades financeiras e a escassez de numário não se apresentavam em conjunturas síncronas. O mercado insular estava bastante desarticulado. Durante as décadas de 1840 a 1870 as relações económicas frequentes com os mercados do Reino Unido permitiram uma afluência relativamente constante de moeda, pelo menos à principal ilha do arquipélago, que era regularmente abastecida pelas libras e pelas letras e cartas de câmbio do comércio da laranja.

No mais dependente distrito de Angra, a sua principal ilha vivia em boa parte da exportação de cereais e só mais secundariamente de laranja. As três ilhas que o constituíam já se haviam habituado a um recorrente défice na balança de pagamentos. A escassez monetária manifestava-se de forma acentuada, levantando problemas a todos os sectores e em especial àqueles mais relacionados com o comércio externo. Quer a abundância de moeda, quer a sua escassez eram temidas e o mercado local tinha dificuldade em estabelecer um balanço definitivo. Uma vez determinada peça ou metal eram excessivamente valorizados em consequência da sua falta no mercado, outras o excesso de oferta conduzia à sua desvalorização. Também com frequência estas oscilações estavam associadas, ou eram acentuadas, por movimentos especulativos. Em alguns períodos o diferencial teórico de 25% aumentava, tanto em relação aos outros distritos como em relação ao continente. Apesar do recurso às letras de câmbio, a vales e a descontos, a necessidade de importar moeda era, por isso, em certos momentos, sentida pelos principais capitalistas que, por sua vez, podiam posteriormente ter dificuldade em exportá-la ao câmbio justo quando pretendessem fazer pagamentos em espécie ao exterior. Até ao início da década de 1870, circulariam no distrito de Angra várias moedas estrangeiras cujo valor de mercado se achava depreciado e que nos outros distritos haviam já sido retiradas de circulação<sup>9</sup>.

Quando em 1863 a Terceira se viu a braços com uma grave crise financeira, com a falência de algumas importantes casas comerciais, o governador civil resolveu impor administrativamente novos valores a algumas das moedas em curso. As patacas brasileiras passaram, assim, a ter um valor mais elevado que nos outros distritos do arquipélago, dificultando as transacções e levando a que as outras moedas, cujo valor não fora alterado, fossem drenadas para o exterior pelo giro comercial e pela especulação. A escassez das moe-

---

<sup>8</sup> A melhor descrição global da economia açoriana no século XIX ainda se encontra na já citada obra de Maria Isabel João (1991), *Os Açores no Século XIX...*, um trabalho com mais de dez anos, produzido fora dos quadros do departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais da Universidade dos Açores (UA). Infelizmente, no seu seio não tem sido dado destaque suficiente à História Económica do período contemporâneo. Da mesma forma, não têm sido enviadas, regular e atempadamente, para a Biblioteca Nacional de Lisboa as dissertações de Mestrado e Doutoramento nela defendidas, tal como a lei obriga. Fica, assim, dificultado o acesso e a divulgação da própria produção científica da U.A.

<sup>9</sup> Maria Isabel João (1991), *Os Açores no Século XIX...*, pp. 140-142.



das de prata e de ouro necessárias para pagar o défice das importações levou a que o seu preço de câmbio aumentasse, fazendo diminuir os lucros dos comerciantes. As queixas das outras ilhas não deixaram de surgir. Elas vieram quer de São Miguel, quer do Faial<sup>10</sup>. Nesta crise, o distrito de Ponta Delgada permaneceu intocado e manifestou mesmo o desejo de se manter afastado das perturbações que afectavam algumas das “ilhas de baixo”<sup>11</sup>. A oferta de moeda nos distritos mais periféricos e nas ilhas de menor desenvolvimento económico e integração nos fluxos internacionais, era então insuficiente para abastecer os mercados locais e fazer face às trocas económicas.

Se a ideia de um mercado regional integrado, com fortes redes, fluxos e relações de interdependência nos vários níveis em que se organizam os sectores produtivos, parece longe de se poder aplicar ao arquipélago durante a segunda metade do século XIX, o retrato não deve ser totalmente negro. Como escreve David Justino para o continente, referindo-se aos anos da década de 1850, esta incapacidade da oferta em responder à procura de moeda não se restringia às áreas de maior circulação monetária. Ela era, apesar de tudo, a

<sup>10</sup> Veja-se: Fátima Sequeira Dias (org.) (1994), *Em Defesa dos Interesses da Ilha de São Miguel, As Súplicas da Associação Comercial de Ponta Delgada à Monarquia (1835-1910)*, Ponta Delgada: Edição da Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada, pp. 69-70 e 72-74.

<sup>11</sup> Com alguma cautela nas interpretações excessivas, demasiado coladas ao debate político da imprensa regional da época, cf. a descrição da crise em Carlos Cordeiro (1992), *Insularidade e Continentalidade: Os Açores e as Contradições da Regeneração (1851-1870)*, Coimbra: Minerva, pp. 43-46.

prova de que a economia monetária estava já bem viva, assente em transacções e não em troca-permuta, marcando a generalidade dos fluxos comerciais<sup>12</sup>. Crises monetárias como a da Terceira na década de 1860 eram ainda comuns no continente, na década precedente. Tratava-se afinal do ajustamento dos fluxos económicos a novos mercados, a novas formas de fazer negócio e a uma maior fluidez da circulação fiduciária que levaria algum tempo a estabilizar. Em ilhas periféricas, onde o dinheiro demorava a chegar e onde a balança de pagamentos não se apresentava equilibrada e, sem que o Estado intervisse já de uma forma estruturadora e reguladora na circulação monetária, não era de estranhar que estas crises ciclicamente surgissem, ameaçadas pelo espectro da agiotagem e da quebra de valor. No entanto, longe de serem o reflexo de uma economia tradicional, elas são já a demonstração da existência de sectores comerciais relativamente activos, se bem que muito dependentes de variáveis externas. O espaço económico nacional ganhava, apesar de tudo, crescente peso e densidade.

Como vimos, a lei de 29 de Julho de 1854 pretendeu impor ordem no sistema monetário da metrópole. Dez anos depois, a carta de lei de 21 de Maio de 1864 invocaria a legislação precedente e estabeleceria, prorrogando até ao final de 1864, os prazos para o giro e troca das moedas. Passados dez anos a circulação de moeda estrangeira continuava, afinal, a ser uma realidade. A mesma carta de lei de 21 de Maio de 1864 propunha, igualmente, que se cunhasse 200 contos em moeda de prata e 30 contos em moeda de cobre destinadas a circular nos Açores<sup>13</sup>. No final de 1864 reconhecia-se a necessidade de prorrogar novamente o prazo, sendo feita nova proposta, apresentada às Cortes a 3 de Fevereiro. Porém, ela não seria convertida em lei. O ministro seguinte renová-la-ia, convertendo-se na lei de 26 de Dezembro de 1865. Aqui seria fixado um novo prazo, até 30 de Junho de 1867<sup>14</sup>. Nada mais sabemos quanto aos efeitos práticos destas iniciativas legislativas. Contudo, parece-nos que os seus efeitos unificadores foram quase em vão, ou pelo menos muito lentos: dos 30 contos em moeda de cobre sabemos terem chegado 5 a Ponta Delgada e 5 a Angra. Era manifestamente muito pouco para retirar o metal estrangeiro de circulação<sup>15</sup>. Em Portugal, a exclusividade de cunhar moeda acompanhou a centralização política e esta representou sempre um dos atributos de soberania, mantendo-se, ao longo dos séculos uma prerrogativa régia. Contudo, se o Estado era capaz de definir políticas monetárias e de influenciar decisivamente a emissão de moeda, já mais dificilmente conseguia harmonizar a circulação em todo o seu território<sup>16</sup>.

A crise verificada em 1863, no distrito de Angra, prolongou-se pelo resto da década. Em 1869 continuava o desequilíbrio entre a moeda circulante neste distrito e nos restantes distritos açorianos. O ágio de 25% que ajudava a animar as exportações e a que ficasse nas ilhas meio circulante elevava-se, em Angra, a perto de 40%, causando inconvenientes e prejuízos ao comércio. A câmara da cidade, a associação comercial, bem como a junta geral manifestavam-se pela substituição rápida da moeda brasileira de prata em cir-

<sup>12</sup> David Justino (1989-1990), *A Formação do Espaço Económico Nacional, Portugal 1810-1913*, vol. I, pp. 376-377.

<sup>13</sup> *Diário de Lisboa de 1864*, nº 70, p. 918 e nº 118.

<sup>14</sup> Ver os *Diários de Lisboa* nºs 254 e 296 (Novembro e Dezembro de 1865) e *Relatório e Documentos Apresentados às Cortes pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda na Sessão Legislativa de 1866 aos 2 de Março por António Maria Fontes Pereira de Melo*, Lisboa, Imprensa Nacional, p. iv.

<sup>15</sup> Ver portaria de 21-02-1865 em *Relatório e Documentos Apresentados às Cortes pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda na Sessão Legislativa de 1866...*, p. iii.

<sup>16</sup> Ver, para o Antigo Regime: Rita Martins de Sousa (2003), "Moeda e Estado: políticas monetárias e determinantes da procura (1688-1797)", *Análise Social*, vol. XXXVIII, nº 168, pp. 771-792.

culação, por outra equivalente portuguesa, ou mesmo pelas moedas estrangeiras que anteriormente giravam, devendo todas ter curso legal nas nove ilhas do arquipélago<sup>17</sup>. Em 1871 devido à falta de moeda de prata nos Açores e à diferença de circulação monetária entre o distrito de Angra e os demais do arquipélago, foi determinada a admissão no giro de moeda brasileira daquele metal, desde que contramarcada com carimbo nacional. No entanto, continuava a correr moeda cujo valor intrínseco era inferior ao legal. O contingente de emigrantes terceirenses no Império do Brasil fazia afluir remessas regulares de numerário daquela origem. Aproveitando as diferenças de câmbio das moedas entre os vários pontos do arquipélago, os especuladores rapidamente movimentavam quantias avultadas; umas vezes drenavam os réis portugueses e as águias americanas de ouro, outras vezes invadiam o mercado local com as patacas brasileiras de prata. Porém, o mais comum era “a moeda má expulsar a moeda boa” que era amealhada ou exportada com vista a lucros mais elevados. A unificação de toda a moeda insulana com a do continente permanecia por ora adiada, tal como não conhecemos exactamente a real eficácia do decreto de 14 de Junho de 1871<sup>18</sup>.

Em 1875, continuava a circular nas ilhas grande quantidade de moeda estrangeira a que a deficiência de numerário nacional e a sua indispensabilidade davam “um valor muito superior ao seu valor intrínseco ou ao preço que teriam no continente do Reino pelo câmbio habitual”. Segundo o detentor da pasta da Fazenda, António de Serpa Pimentel, “a relação do valor legal da moeda nos Açores para o mesmo valor no Continente, expresso em réis, era de 5 para 4, e na Madeira de 16 para 15. Assim a peça antiga de ouro de 8\$000 réis valia nos Açores 10\$000 e a libra esterlina que entre nós tem o valor de 4\$500 vale na Madeira 4\$800 réis”<sup>19</sup>. A taxa de câmbio registada pelo ministro era então ligeiramente mais baixa, 20%, em vez dos normalmente referidos 25%. As autoridades centrais achavam que as diferenças de valor entre as moedas que circulavam nos dois arquipélagos e a do continente era já “filha das necessidades de outra época e sobretudo da falta de comunicações regulares e seguras com o continente”; “a circulação de moeda estrangeira e sobretudo o valor arbitrário que se lhes deu legalmente” constituíam o resto de um sistema já inconveniente. Porém, para proceder à unificação das duas moedas era preciso inundar os Açores com moeda portuguesa, retirar a moeda estrangeira em circulação, reduzir na mesma proporção de 20% as taxas fixas dos impostos nacionais, dos direitos da pauta aduaneira e mexer ainda nos salários dos funcionários públicos. Não era uma medida fácil, nem isenta de eventuais derrapagens ou custos.

O decreto de 30 de Julho de 1832 que aboliu no Continente do Reino os dízimos, conservou-os nos arquipélagos dos Açores e da Madeira, concorrendo para separar ainda mais, em termos financeiros e fiscais, o que a diferença entre a moeda insulana e a moeda continental já apartava de facto. Em 1844, os dízimos açorianos seriam revistos e aumentados, aproximando-se o valor colectável registado do valor colectável real, enquanto que na maioria dos distritos do continente a subavaliação das décimas era a regra e não a excepção. Quando se decretou em 1861 a unificação do sistema tributário entre os arquipélagos e o conti-

<sup>17</sup> Veja-se o pequeno relatório editado em opúsculo da comissão composta por Nicolau Anastácio de Bettencourt, José M. Sieuve de Meneses, José Inácio de A. Monjardino (1869), *Relatório*, Angra.

<sup>18</sup> Decreto de 14 de Junho de 1871 e Francisco António Pereira Magro (1983), “História Monetária do período de 1821 a 1982”, in José Hermano de Saraiva (dir), *História de Portugal*, Lisboa: Publicações Alfa, vol. III, p. 667; João Vidago (1931), *Memória Histórica sobre a Moeda na Ilha do Faial*, pp. 47-48.

<sup>19</sup> *Relatório e Propostas do Senhor Ministro da Fazenda: extinção da moeda fraca nas ilhas, proposta de 12 de Janeiro de 1875*, Funchal: Tip. do Direito, 1875.

nente, os valores dos antigos dízimos foram tomados como base para calcular as novas contribuições, a pagar a partir de 1863 em todo a área metropolitana do Estado português. Os açorianos acabavam, assim, por pagar das quotas mais elevadas de contribuição predial por hectare. Este facto desencadeou uma constante reclamação sempre que um executivo pretendia aumentar as contribuições, ou homogeneizar a circulação e o valor da moeda nas ilhas e no continente<sup>20</sup>.

No início de 1875, o ministro da Fazenda, António de Serpa Pimentel, apresentava na Câmara dos Deputados um projecto de lei com vista a extinguir a moeda fraca, o qual seria discutido na sessão da Junta Geral de Angra do mesmo ano<sup>21</sup>. A simples troca, por dinheiro português, de todas as moedas estrangeiras em circulação nos Açores, pelo seu valor legal reduzido a réis fortes, tinha inconvenientes. Dando ela mais do que o valor efectivo das moedas estrangeiras em circulação e não se podendo fazer a troca num prazo muito curto, a especulação faria afluir às ilhas uma grande quantidade de moeda estrangeira para poder gozar do benefício, acabando por provocar prejuízos aos cofres do Estado em benefício de alguns especuladores. Por outro lado, havia a questão do pagamento das contribuições e emolumentos. Uma passagem cega para a moeda forte daria origem a um efectivo aumento da carga fiscal. A proposta de Serpa Pimentel tentou resolver estas questões estipulando que os pagamentos de impostos e outras contribuições, assim como os decorrentes de quaisquer contratos ou obrigações anteriores à futura lei seriam pagos em moeda forte, embora sujeitos a abatimentos de 20%. A repartição e o lançamento de impostos que, de futuro, se fizesse seriam realizados na mesma conformidade. Até ao dia 30 de Junho de 1877, continuariam a ter curso legal todas as moedas estrangeiras até então aceites, sendo depois recebidas em todos os cofres públicos das ilhas, ao preço de uma tabela previamente fixada. O governo era ainda autorizado a cunhar moeda de prata de diversos valores na importância total de 600.000\$000<sup>22</sup>. É necessário saber que repercussão teve o debate destas medidas, o que se discutiu acerca delas nos principais fóruns económicos, nas associações comerciais, na imprensa, e, ainda, que posição tomaram as estruturas representativas locais e os deputados eleitos pelo arquipélago. Novamente, enfrentamos silêncios e hiatos no fluir dos acontecimentos, fruto da escassez de trabalhos sobre a História Económica das ilhas. O facto a salientar é que a lei não foi avante e a moeda do arquipélago continuou a estar diferenciada da do continente. No entanto, podemos especular que em anos em que a emigração ainda adubava em ricas quantias o sistema monetário de Angra, e em que a exportação de laranja permitia alguns saques sobras as praças estrangeiras e um importante giro da moeda em Ponta Delgada, esta não seria uma necessidade muito sentida.

O papel da emigração no equilíbrio económico e financeiro do distrito de Angra é fulcral. Nas palavras azedas e dramáticas de um governador civil, o distrito vivia da emigração como um mendigo da sua chaga.

<sup>20</sup> Já em 1869 representantes da Terceira chamavam a atenção para o facto de “o pagamento com moeda forte dos impostos e direitos fiscais agravar em maior termo o ónus” fiscal, cf. N. A. de Bettencourt, J. M. Sieuve de Meneses, J. I. de A. Monjardino (1869), *idem*. Porém, aqui, como noutras áreas da História Insular, convinha fazer uma reconstituição das Contas Públicas e uma verificação cuidadosa de todo um conjunto de afirmações que têm sido tomadas como verdades inquestionáveis. Por exemplo, não sabemos se, de facto, o arquipélago pagava muito mais do que recebia em transferências, ou mesmo se entre os três distritos havia diferenças grandes no peso dos impostos e nas contrapartidas recebidas em obras públicas e equipamentos. Uma avaliação deste género deveria ser, igualmente, acompanhada de comparações com algumas áreas periféricas do continente.

<sup>21</sup> *Relatório Apresentado à Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo na sua Sessão Ordinária de 1875, pelo Secretário Geral servindo de Governador Civil Gualdino Alfredo Lobo de Gouveia Valadares*, Angra: Tip. do Governo Civil, 1875, pp. 62-63 e 92. Como estas actas da Junta Geral não estão publicadas em nenhum relatório e não conseguimos encontrar os originais manuscritos, este permanece um detalhe em aberto.

<sup>22</sup> *Idem*, p. 92.





As ilhas alimentavam de mão-de-obra um império longínquo que lhes retribuía com generosas quantidades de dinheiro os seus mortos e doentes caídos nas terras quentes dos trópicos<sup>23</sup>. Por detrás de todo este discurso emotivo, escondia-se o crescente mal-estar dos proprietários terceirenses confrontados com uma situação de salários agrícolas em alta.

As remessas dos emigrantes tiveram um papel fundamental na economia portuguesa da década de 1870, ajudando a criar um *boom* bancário, um pouco por todo o centro e norte do país<sup>24</sup>, que não deixou de ter consequências no mercado financeiro do distrito de Angra, como já referimos em trabalho anterior<sup>25</sup>. De 1870 a 1874 regressaram à Terceira, vindos do Brasil e secundariamente dos EUA, 1114 pessoas, de ambos os sexos. Do Brasil chegaram mesmo 97 famílias inteiras. E, se parte delas poderiam ser os destroçados da emigração que voltavam pobres à sua terra natal, uma outra parte seria formada pelos afortunados que tendo alcançado dinheiro suficiente podiam agora dedicar-se a uma vida mais confortável. Durante o mesmo perío-

<sup>23</sup> Relatório Apresentado à Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo na sua Sessão Ordinária de 1877, pelo Governador Civil Barão do Ramalho, Angra: Tip. do Governo Civil, 1877, pp. 25-30.

<sup>24</sup> Veja-se, por exemplo, Miriam Halpern Pereira (1982), *Livre Câmbio e Desenvolvimento Económico*, Lisboa: Sá da Costa, 2ª Ed., pp. 253-264.

<sup>25</sup> Paulo Silveira e Sousa (2002), "Gerir o dinheiro e a distinção: as caixas económicas de Angra do Heroísmo e os seus corpos dirigentes (1845-1915)", *Arquipélago* (série História), Ponta Delgada, Universidade dos Açores, vol VI, nº 1, pp. 293-346.

do de 1870 até ao final de 1874 o valor da moeda importada que manifestaram na alfândega de Angra os passageiros vindos do Brasil foi de 636.414\$000 reis fracos. Só no ano de 1874 esta quantia quase atingiu os 116 contos. No entanto, estes valores deveriam ser ainda mais elevados. Por um lado, nem todos os passageiros declaravam com exactidão o dinheiro que traziam e, por outro, esta medida ignora as transferências feitas através das casas e sociedades bancárias. Se tivermos em conta que o valor total das exportações do distrito no mesmo ano civil de 1874 foi de 475.957\$975 reis, veremos que o dinheiro entrado pelas mãos destes emigrantes regressados, ou de visita, correspondia a cerca de um quarto do conjunto. Se esta quantia era sem dúvida importante, ela não chegava para cobrir um défice de pouco mais de 212 contos na balança de pagamentos<sup>26</sup>. Mesmo na periférica ilha de São Jorge a abundante emigração para os EUA recompensava o meio local com uma grande quantidade de moedas americanas que entravam no giro económico. Porém, perante uma emigração de contornos basicamente ilegais, era muito difícil quantificar estas remessas<sup>27</sup>.

Em 1879 seria unificado o sistema monetário da Madeira e do continente. Foram recolhidas todas as notas em circulação, sendo sobrecarregadas as últimas, emitidas ainda nesse mesmo ano, com a legenda “moeda forte”<sup>28</sup>. Um estudo comparativo da trajectória da unificação monetária nos dois arquipélagos dar-nos-ia muitas pistas para perceber as especificidades, as semelhanças e as diferentes estratégias que os agentes económicos e políticos tomaram em cada um deles. Sabemos, contudo, que a integração monetária da Madeira não foi isenta de contratempos. Em 1891-1892 a crise económica atingiu gravemente este arquipélago. A moeda em ouro desapareceu de circulação e recorreu-se ao curso forçado das notas do Banco de Portugal. Nos Açores, manteve-se a desvalorização da moeda local, pelo que a troca das notas açorianas no continente era feita mediante um prémio. Apenas por decreto de 4 de Março de 1896 foi restabelecido no arquipélago da Madeira o livre curso da moeda continental, cessando assim a diferença reintroduzida em 1891. Ficou definitivamente estabelecido o sistema paritário entre a moeda em circulação na Madeira e a no continente<sup>29</sup>.

### 3 – O papel do Banco de Portugal

O relatório do Banco de Portugal de 1873 fala já em trinta e cinco agências estabelecidas em todo o país. No entanto, tratavam-se de simples correspondências, designação entretanto corrigida nos relatórios posteriores, que estavam longe de ser directamente administradas pelo Banco. Angra, Horta e Ponta Delgada tinham todas a sua correspondência. Contudo, faltava a esta instituição o papel de banco único emissor, de regulador da oferta monetária, que só lhe seria atribuído em 1887 e que, poderosamente, concorreria para regular o giro monetário nos distritos do arquipélago<sup>30</sup>. Em 1876 é aberta, de facto, uma agência do Banco de Portugal em Ponta Delgada que, na prática, se limitava a um trabalho à comissão confiado a firmas comer-

<sup>26</sup> *Relatório Apresentado à Junta Geral na sua Sessão Ordinária de 1875...*, pp. 34 e 129, e *Relatório Apresentado à Junta Geral na sua Sessão Ordinária de 1877*, pp. 25-30.

<sup>27</sup> *Relatório Apresentado à Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo na sua Sessão Ordinária de 1870*, pelo Governador Félix Borges de Medeiros, Angra: Tip. do Governo Civil, 1871, p. 6. Para a emigração desta ilha cf. Paulo Silveira e Sousa (1995), “Emigração e Reprodução Social no Contexto Açoriano: o caso da ilha de São Jorge na segunda metade do século XIX”, *Isleña*, nº 17, Funchal, Direcção Regional dos Assuntos Culturais, pp. 31-49.

<sup>28</sup> Francisco António Pereira Magro (1983), “História Monetária do período de 1821 a 1882”, p. 679.

<sup>29</sup> Idem, pp. 682-684.

<sup>30</sup> Ilídio Dias (1923), *O Banco de Portugal e as suas Agências no País (1875-1922)*, Lisboa: Banco de Portugal, p. 7.



ciais com faculdades muito restritas e uma dotação fornecida pelo Banco que, no caso de Ponta Delgada, orçava os 120 contos. As operações autorizadas ficavam-se pelo desconto de letras, empréstimos sobre penhores, operações cambiais, transferências, depósitos gratuitos à ordem. Na principal cidade do arquipélago era representante uma firma de reputada solidez, a Francisco Xavier Pinto & Cia<sup>31</sup>. Seria preciso esperar mais uns anos.

Em 1887, no rescaldo da quebra da exportação da laranja e num ano de má colheita de cereais, o problema da moeda tornou a colocar-se em todo o arquipélago, numa altura em que nas Cortes se discutia a sua unificação. A balança comercial e de pagamentos com Lisboa era agora deficitária em todas as ilhas. O afluxo de libras que antes cobria este défice havia já desaparecido. As associações comerciais de Ponta Delgada e de Angra manifestaram-se contra esta proposta de unificação da moeda que, segundo os próprios, ainda poderia acabar por drenar mais as fracas reservas monetárias dos Açores, aumentando-se também os impostos que na altura eram pagos ao câmbio da moeda insulana.

Mesmo que a ideia de unificação da moeda tivesse sido posta de parte, o executivo progressista avançou, por decreto de 4 de Março de 1887, com a proibição da importação de moeda estrangeira no arquipé-

<sup>31</sup> Idem, pp. 8-9.

lago. Por decreto de 31 do mesmo mês mandava carimbar num prazo de trinta dias com uma punção própria toda a moeda que não fosse nacional. A 18 de Maio o governo estaria a prolongar, com novo decreto, por mais trinta dias, esta medida. Ao mesmo tempo, os falsificadores de moeda não estavam sossegados; engenhosos, estavam já a imitar a punção oficial e a utilizá-la na prata rejeitada. A 3 de Agosto as autoridades centrais mandavam cunhar moeda de prata, especificamente, para substituir a carimbada e acabar com esta nova especulação; no mesmo diploma fixaram, igualmente, o valor da libra de ouro e mandaram recolher a moeda de bronze, substituindo-a por moedas de cobre do cunho continental <sup>32</sup>.

No mesmo ano de 1887, no novo contrato que deu ao Banco de Portugal o exclusivo da emissão de moeda, o governo continuaria a dar mais uns passos no caminho da normalização da circulação monetária nas ilhas. O Banco de Portugal comprometia-se a fazer notas e carimbos de tipo especial para a moeda açoriana, mas que tinham pagamento em todas as suas agências. Depois de décadas de instabilidade, uma entidade central única, tinha notas em circulação, especificamente para o arquipélago, apenas pagáveis nas suas agências e nos Açores <sup>33</sup>. Na verdade, tratava-se de fazer face a um problema persistente e concreto. Nos Açores, mesmo posteriormente à lei de 1887, a confusão monetária continuava uma realidade. A par de notas emitidas pelo Banco de Portugal, das moedas antigas insulares, das moedas do Reino, e das novas de D. Luís, corriam muitas outras estrangeiras que a lei de 1871 não conseguira retirar <sup>34</sup>. De qualquer forma, a criação, estipulada no contrato de 29 de Julho de 1887, de agências do Banco de Portugal em todos os distritos do país acabaria por aumentar a circulação fiduciária e a uniformização da moeda durante as décadas seguintes. A integração do arquipélago no sistema financeiro nacional foi-se acentuando, embora a moeda insular, com um valor 25% inferior à do continente, tenha permanecido.

As filiais do Banco de Portugal só foram instaladas no arquipélago em 1894 e 1895. Primeiro na Horta, depois em Angra e Ponta Delgada, onde foi necessário concluir as obras dos respectivos edifícios. Todas estas filiais seriam as últimas de um processo iniciado pela lei orgânica de 29 de Julho de 1887 <sup>35</sup>. Mais uma vez o arquipélago era a periferia nacional. Para a agência da Horta, instalada em 2 de Julho de 1894, seriam nomeados Manuel Joaquim da Silva Meneses Júnior e Miguel António da Silveira. Para a agência de Ponta Delgada, instalada a 1 de Agosto de 1895, os agentes escolhidos foram Pedro Paulo dos Santos e Cristiano César Hintze. Em Angra, a agência iniciaria as suas operações a 1 de Setembro de 1895. Em 1896, assim como em 1904 e 1905, eram agentes do Banco emissor nacional, Vital de Lemos Bettencourt e João de Mendonça Pacheco e Melo. Um era filho de um dos maiores morgados da Terceira, aparentado com toda a fidalguia e parte da gente antiga dos grandes negócios da praça de Angra; o outro era o primogénito de um dos mais ricos morgados da Graciosa. A intermediação com o sector dos negócios não estava só nas mãos de indivíduos da classe média que subiram a vida a pulso. Aliás a necessidade, cada vez mais, conduziria muitos destes descendentes da nobreza insular a traçar uma trajectória que passava pelo emprego público, mais secundariamente pelos negócios, ou por um bom casamento com uma rica herdeira, cujo pai ou avô

---

<sup>32</sup> João Vidago (1931), *Memória Histórica sobre a Moeda na Ilha do Faial*, p. 49.

<sup>33</sup> Veja-se os decretos de 4 de Março, 31 de Março e 31 de Agosto de 1887. Veja-se também as leis de 4 de Maio e de 3 de Agosto de 1887. Cf. igualmente: Maria Isabel João (1991), *Os Açores no Século XIX...*, pp. 140-143.

<sup>34</sup> Francisco António Pereira Magro (1983), p. 680.

<sup>35</sup> Henrique Mateus dos Santos (1900), *O Banco Emissor e as suas Relações com o Estado e com a Economia Nacional*, Lisboa: Livraria de M. Gomes, p. 112.

tivessem amarelecido os dedos no deve e haver da sua casa comercial. De facto, anos mais tarde, uma das filhas de Vital de Lemos Bettencourt casaria com o filho e herdeiro de António Pedro Simões, *self made man* e uma das grandes fortunas da Angra burguesa no virar do século, também ele envolvido no comércio a grosso e a retalho e na gestão do crédito, através das caixas económicas locais. João Mendonça de Pacheco e Melo casaria com a filha do grande negociante e capitalista, João Carlos Silva. Quer o seu cunhado, quer o tio de sua mulher eram agentes locais de bancos nacionais<sup>36</sup>.

Em 1923 Ilídio Dias, inspetor do Banco central, fazia um retrato, um tanto falhado, da actividade de muitas das agências distritais, sobretudo nas primeiras décadas<sup>37</sup>. Mais do que agências bancárias, elas tinham sido “consideradas como repartições públicas e os agentes, um, tesoureiro-pagador, entrando seguro e forte nos serviços; outro, hesitante e leigo no suculento repertório das leis, portarias, regulamentos, decretos imediatamente em vigor com revogação de toda a legislação em contrário, limitado, assim, à simples função de pagador-tesoureiro, acabaram por se ajustar num trabalho diário, no equilíbrio dos vasos comunicantes para nível igual de orientação e de conhecimentos exclusivamente burocráticos. A parte bancária ficou em plano inferior como adicional de pouca monta e de pouca roupa para decoração dos balanços”. Mesmo que tal diagnóstico se pudesse aplicar às três agências açorianas, o seu papel de regulação tinha produzido efeitos seguros<sup>38</sup>.

Em 1890, o governo faria nova tentativa de unificação monetária que seria torpedeada pelos deputados progressistas e pela oratória exuberante e torrencial de Eduardo Abreu, representante da ilha Terceira, filho e irmão de importantes negociantes locais. Mais uma vez se clamava contra o acréscimo nos impostos que tal medida iria trazer a um distrito já economicamente débil. As reticências dos representantes de Ponta Delgada eram menores, mas ninguém parecia querer arcar com o ónus de um eventual aumento, mesmo que indirecto, da carga fiscal<sup>39</sup>.

#### 4 – Conclusão

No distrito de Angra, a situação só se foi normalizando nos últimos anos do século XIX com a crescente intervenção do Estado e das novas autoridades monetárias, correndo a mesma moeda que no continente, apenas com um aumento de 25% no seu valor, regulando a moeda estrangeira pelo câmbio normal<sup>40</sup>. Simultaneamente, as remessas dos emigrantes, instalados no Brasil ou nos EUA, ajudavam a compor a situa-

---

<sup>36</sup> Emídio Lino da Silva era o agente do Banco Lusitano e Jacinto Carlos da Silva o do Banco do Minho. Sobre a burguesia de Angra, veja-se Paulo Silveira e Sousa (2004), “Meios burgueses e negócios em territórios periféricos: o distrito de Angra do Heroísmo, 1860-1910”, *Atlântida*, vol. XLIX, pp. 9-43.

<sup>37</sup> Infelizmente, permanece por realizar uma investigação profunda sobre estas agências e os seus relatórios que poderiam servir para um estudo mais detalhado dos problemas monetários e financeiros, das redes de crédito local, dos seus clientes e financiadores. Falta também um trabalho sobre o próprio papel financeiro das agências do Banco de Portugal, enquanto motor auxiliar ou enquanto potencial concorrente das unidades locais, centralizando determinadas operações. De concreto, sabemos apenas que entre 1895 e 1899 quer a agência da Horta, quer a de Angra deram permanentes prejuízos, o mesmo acontecendo em algumas cidades do continente como Beja e Guarda. Ver: *Relatório do Conselho de Administração do Banco de Portugal. Gerência do ano de 1894. Balanço, documentos e parecer do conselho fiscal*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1895, p. 26, e *Relatório do Conselho (...) gerência de 1895...*, p. 21. Vide a série de relatórios entre 1894 e 1899.

<sup>38</sup> Ilídio Dias (1923), *O Banco de Portugal e as suas Agências no País (1875-1922)*, p. 19.

<sup>39</sup> Maria Isabel João (1991), *Os Açores no Século XIX...*, p. 143.

<sup>40</sup> Alfredo da Silva Sampaio (1904), *Memória sobre a Ilha Terceira*, Angra: Imprensa Municipal, p. 375.

ção. Outros factores que auxiliaram a regularização da circulação da moeda foram as instituições locais de crédito e a ampliação da rede nacional das instituições financeiras. Elas foram crescendo, melhorando os canais de circulação económica, padronizando o sistema financeiro num conjunto de procedimentos e de regras próprias tendo um papel cada vez mais activo e regulador na circulação fiduciária.

A situação monetária do arquipélago não sofreria alterações de fundo durante a República. O decreto de 22 de Maio de 1911 instituía em todo o território, com excepção da Índia, uma nova unidade, o escudo de ouro. No entanto, mantinha a diferença de 25% já existente. No período da I Grande Guerra a alta súbita dos metais fez desaparecer da circulação toda a moeda de cobre e de prata que até então girava com abundância na ilha do Faial. A crise de trocos e a escassez de moeda fez com que a Câmara da Horta mandasse imprimir cédulas e autorizasse os lojistas a emitir vales. Hoje, não sabemos exactamente o que se terá passado nos restantes distritos de Angra e de Ponta Delgada, mas o certo é que, em 1931, ainda corriam no distrito da Horta moedas estrangeiras com curso legal<sup>41</sup>.

As alterações virão de forma mais dissimulada através da contínua extinção das vantagens que advinham da conservação da moeda fraca. Desde a década de 1890 e até ao início da década de 1930, a maior parte dos emolumentos dos serviços das secretarias públicas, das tabelas dos principais impostos (por exemplo da contribuição industrial e da de registo), bem como dos direitos aduaneiros, passariam a ser pagas em moeda forte. Sem ter a força ou a vontade para impor uma solução pouco consensual, e sem os meios financeiros para poder agradar às populações locais, os sucessivos governos foram suprimindo, passo a passo, as antigas vantagens<sup>42</sup>. A unificação monetária definitiva do arquipélago e do continente só viria com os primeiros governos de Oliveira Salazar, em 1931. Nesse ano e escudado em novo contrato com o Estado, o Banco de Portugal mandaria recolher o papel moeda privativo dos Açores, sem que sequer os decretos da nova regulamentação fizessem expressa referência à extinção da moeda insulana e ao desconto de 25% nos seus relatórios ou no seu articulado<sup>43</sup>. Tinham passado mais de setenta anos desde que, em 1858, os deputados por São Miguel e pela Terceira tinham proposto a nomeação de uma comissão para levar a cabo a unificação monetária entre os Açores e o continente.

---

<sup>41</sup> João Vidago (1931), *Memória Histórica sobre a Moeda na Ilha do Faial*, p. 50.

<sup>42</sup> Luís da Silva Ribeiro (1931), "A conservação da moeda fraca", pp. 491-498.

<sup>43</sup> Decretos n<sup>os</sup> 19869, 19870 e 19871 de 9 de Julho de 1931. Cf. também Luís da Silva Ribeiro, *idem*, pp. 496-498.